

MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE, VISÃO NEGATIVA SOBRE SI E SOBRE O RELACIONAMENTO

CARREIRO, Adriana Aparecida Garbin¹.
LAUXEN, Elaine Fernandes de Oliveira².
CAMPOS, Rosangela de Fátima dos Santos de³.

RESUMO

De acordo com levantamento da Organização Mundial da Saúde, descobriu-se que em todo o mundo, 30% das mulheres que estiveram em um relacionamento, sofreram algum tipo de violência por parte do parceiro ou ex-parceiro. Desta forma, o presente artigo procurou identificar, se mulheres vítimas de violência doméstica compartilham das mesmas características de personalidade, e, se existe predominância na visão negativa sobre si e sobre o relacionamento conjugal. A amostra foi de 10 mulheres vítimas de violência doméstica e que foram atendidas pela rede de apoio, e, encaminhadas à casa de abrigo na cidade de Cascavel- PR. Os instrumentos utilizados foram: Questionário Sociodemográfico, Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, Questionário de Crenças da Personalidade (Personality Belief Questionnaire, PBQ-SF) e Inventário de Crenças sobre o Relacionamento (Relationship Belief Inventory, RBI). Os resultados foram analisados de forma quantitativa. Em geral, a população caracterizou-se entre 18 e 64 anos ($M= 36$ e $DP= 15,4$) e 80% das agressões foram realizadas pelos cônjuges ou ex-cônjuge. As características de personalidade que se sobressaíram, foram em relação ao controle racional, instabilidade emocional, nível não satisfatório de amadurecimento e distanciamento de relações sociais. Já a visão negativa de si, evidenciou-se que as participantes se veem como incapazes, incompetentes, insuficientes e solitárias. Ficou clara a predominância de visão negativa sobre o relacionamento, sendo quase que unânime a afirmativa de que os parceiros não podem mudar. Pode-se dizer que o objetivo da pesquisa foi atingido, pois apesar de se ter uma amostra considerada pequena, houve predominância entre os resultados.

Palavras-chave: Mulheres, Violência Doméstica, Características de Personalidade.

¹Orientadora. Psicóloga com formação na abordagem cognitiva, especialização em educação especial e Me. Em psicologia forense. Docente do curso de Psicologia e dos cursos de Pós-Graduação da Universidade FAG. aagarbin@hotmail.com.

²Acadêmica do curso de graduação em Psicologia, Centro Universitário FAG. 10º período. E-mail: lainelauxen.ef@gmail.com.

³Acadêmica do curso de graduação em Psicologia, Centro Universitário FAG. 10º período. E-mail: roosantos74@gmail.com.

WOMEN VICTIMS OF HOUSEHOLD VIOLENCE: CHARACTERISTICS OF PERSONALITY, NEGATIVE VIEW OF THEIR AND RELATIONSHIP

CARREIRO, Adriana Aparecida Garbin¹
LAUXEN, Elaine Fernandes de Oliveira²
CAMPOS, Rosangela de Fátima dos Santos de³

ABSTRACT

According to a World Health Organization survey, it was found that worldwide, 30% of women who have been in a relationship have experienced some form of violence from their partner or former partner. Thus, the present article sought to identify whether women victims of domestic violence share the same personality characteristics, and whether there is a predominance of negative views about themselves and about their marital relationship. The sample consisted of 10 women victims of domestic violence who were attended by the support network and sent to the shelter in the city of Cascavel-PR. The instruments used were: Sociodemographic Questionnaire, Pfister Color Pyramid Test, Personality Belief Questionnaire (PBQ-SF) and Relationship Belief Inventory (RBI). The results were analyzed quantitatively. In general, the population was between 18 and 64 years old ($M = 36$ and $SD = 15.4$) and 80% of the aggressions were performed by the spouses or former spouse. The personality characteristics that stood out were in relation to rational control, emotional instability, unsatisfactory level of maturity and distancing from social relations. As for the negative view of themselves, it was evidenced that the participants see themselves as incapable, incompetent, insufficient and lonely. The predominance of a negative view of the relationship was clear, and it was almost unanimous that partners cannot change. It can be said that the research objective was achieved, because despite having a sample considered small, there was a predominance among the results.

Key words: Women, Domestic Violence, Personality Characteristics.

¹Orientadora. Psicóloga com formação na abordagem cognitiva, especialização em educação especial e Me. Em psicologia forense. Docente do curso de Psicologia e dos cursos de Pós-Graduação da Universidade FAG. aagarbin@hotmail.com.

²Acadêmica do curso de graduação em Psicologia, Centro Universitário FAG. 10º período. E-mail: lainelauxen.ef@gmail.com.

³Acadêmica do curso de graduação em Psicologia, Centro Universitário FAG. 10º período. E-mail: roosantos74@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher tem sido um dos crimes mais frequentes no mundo, considerada a maior causa isolada de ferimentos, indicando haver mais internações hospitalares causadas por maus tratos, do que por estupro por desconhecido, assalto e acidentes de trânsito juntos (CASSADO *et al*, 2018). Esse tipo de violência vem sendo considerada multicausal, multidimensional e multifacetado (PEQUENO 2007).

O conceito de violência doméstica proposto pela Comissão de Peritos para o Acompanhamento da Execução do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2000) define-a como “qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou econômicos, de modo direto ou indireto” sendo pessoa que habite no mesmo agregado doméstico, ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro, ou ex-cônjuge, ou ainda, ex-companheiro (REDONDO, 2012, p.60).

De acordo com Adorno (1998) a violência doméstica nega os valores e direitos universais de liberdade, igualdade e a própria vida. É um modelo de relacionamento social, no qual as pessoas produzem e reproduzem situações sociais de vivência. Neste contexto, as mulheres são as que mais sofrem com atos abusivos e maus-tratos, devido sua maior fragilidade e dependência. Sendo um modo de afirmação de poder, que instaura uma luta desigual ao escolher como alvos, elementos debilitados. É no contexto das relações familiares que os atos de violência mais se manifestam.

Em relação aos tipos de violência, é notório que a violência física seja uma das mais conhecidas. Segundo a Lei Nº 11.340/06, esse tipo de violência consiste quando qualquer ato de outrem tenha a intenção de deteriorar fisicamente a vítima (BRASIL, 2006). A agressão pode ocorrer de diferentes modos: bater, espancar, atirar objetos, estrangular, chutar, usar algum tipo de arma, entre outros. (BRASIL, 2012).

O objetivo da agressão física, segundo Hirigoyen (2006) é anular o outro por meio da imposição da força e do poder. Portanto, a violência física pode ocorrer várias vezes na mesma relação. No entanto, se a vítima denunciar o agressor, o ciclo da violência pode ser interrompido, ou seja, não terá mais uma sequência. Porém, caso a vítima não denuncie, a violência pode aumentar e ser mais intensa e frequente o que acaba colocando a mulher em uma situação de extrema vulnerabilidade.

A violência psicológica é caracterizada pela forma mais subjetiva de agressão contra a mulher. Logo, o agressor vê o outro como objeto, fazendo com que a vítima seja submissa

e garanta sua posição de poder na relação. (HIRIGOYEN, 2006). A violência psicológica é designada pela Lei Nº 11.340/06 em vigor como: “[...] qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento[...]” (BRASIL, 2006, p.3).

Nesse tipo de violência, a vítima internaliza aquilo que o agressor diz a respeito dela, e diante disso, ela interpreta que é merecedora das agressões, aceitando a forma pela qual é tratada, sendo esta, um tipo de agressão a qual as mulheres demoram a perceber que se encontram em uma relação de violência (HIRIGOYEN, 2006; PIMENTEL, 2011).

A Violência Sexual, de acordo com o art. 7º da Lei Nº 11.340/06 é definido como qualquer comportamento que ela tenha que manter ou participar, de relação sexual não desejada, recorrente de ameaças, uso de força ou intimidação. Como também, qualquer comportamento que induza a utilizar ou comercializar a sua sexualidade. Ainda, segundo a lei, qualquer conduta que force ao matrimônio ou que a impeça de usar qualquer método contraceptivo, ou que a force a uma gravidez, aborto, prostituição através de suborno, manipulação ou coação, é considerado violência sexual contra a mulher (BRASIL, 2006).

Além do mais, neste tipo de violência a mulher é coagida a manter relações sexuais com o agressor, sendo através de ameaça, uso de força ou chantagem. E é notório que esse tipo de violência tem consequências psicológicas, pois, a vítima é humilhada, rebaixada e dominada (HIRIGOYEN, 2006).

De acordo com o art. 7º da Lei Nº 11.340/06, a violência patrimonial é caracterizada como: “[...] qualquer ato que implique retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possua titularidade” (BRASIL, 2006, p.3). Segundo Damásio (2015) a violência patrimonial é compreendida como qualquer atitude que caracterize a subtração, retenção, destruição total ou parcial de seus objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, bens, valores e direitos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Ainda, de acordo com o autor, a violência patrimonial se expressa na recusa do agressor em entregar à vítima seus pertences, bens, objetos e documentos; como uma maneira de conseguir obrigá-la a permanecer no relacionamento, ou também, como forma de vingança.

A violência moral é caracterizada pela Lei Nº 11.340/06 como qualquer comportamento que representa calúnia, injúria e difamação. Como consequência, a vítima tem sua autoestima e convívio social afetados, pois, acaba inferiorizando-a (BRASIL, 2006).

Quer no plano internacional, quer a nível nacional, o fenômeno da violência doméstica tem assumido importância pública, pois, atenta contra os direitos e a qualidade de vida de pessoas. Sendo assim, não deve ser encarada de forma particular ou privada. Dentro dessa problemática está inserido um conjunto de crimes, resultando em vítimas, na sua maioria, mulheres, que além de sofrerem os efeitos físicos e psicológicos, também arcam com as consequências sociais (CARVALHO, 2008).

De acordo com uma análise feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) junto à *London School of Hygiene and Tropical Medicine e ao Medical Research Council*, baseada em dados de 80 países, descobriu-se que em todo o mundo, 30% das mulheres que estiveram em um relacionamento, sofreram algum tipo de violência por parte de seu parceiro ou ex-parceiro, opondo-se ao conceito de que o lar é um lugar seguro para as mulheres.

Segundo os dados disponíveis pelo Sinan, durante o ano de 2014 foram atendidas 147.691 mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais, e/ou, outras. Isto é: a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde por alguma violência sofrida. Entre essas vítimas, a idade prevalente é de 18 a 59 anos. No conjunto dessa faixa etária, vemos que os responsáveis pela violência cometida são parceiros ou ex-parceiros, sendo 67,% do total (MS, 2017).

Já uma pesquisa realizada em 2013, por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacou-se a violência psicológica como preponderante entre as vítimas, seguida pela violência física. Sendo a faixa jovem, a que mais sofre violência física, enquanto a incidência da violência psicológica é mais acentuada entre pessoas de mais idade. Os dados também apresentam a existência de maior persistência e repetição dos casos de violências físicas e sexuais, sendo uma vez por semana, e/ou, diários (MS, 2013).

Entre as mulheres que declaram já ter sofrido espancamento, 32% afirmam que isso só aconteceu uma vez, 20% dizem ter ocorrido duas ou três vezes, 11% foram espancadas mais de dez ou “várias vezes”, e, 4% espancadas por “mais de dez anos”, ou “durante toda a vida”. A projeção da taxa de espancamento indica que pelo menos 6,8 milhões dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez na vida. Tem-se o número de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 175 mil/mês, 5.800/dia, 243/hora, 4/minuto – uma a cada 15 segundos (VENTURI, *et al*, 2004).

Em quase todos os tipos de violência, mais da metade das mulheres não pede ajuda, somente em casos considerados graves, como ameaças com armas de fogo e espancamento.

Pouco mais da metade das vítimas, 58%, recorreu a alguém para ajudá-las, pedido dirigido à outra mulher da família, mãe ou irmã, ou a uma amiga próxima. Os casos de denúncia pública são ainda menos frequentes, mostrando que 84,3% das vítimas não fizeram o Boletim de Ocorrência após a primeira agressão, e, que, só tentaram se desfazer dos relacionamentos agressivos após um longo período (MARQUES, 2005).

Antecedente à Lei Maria da Penha era comum que a mulher vítima de violência doméstica retirasse a queixa na delegacia, após reatar o relacionamento, ou pelo fato de ser convencida por parentes ou parceiro a não prosseguir com a queixa. Na maior parte das vezes, esse “convencimento” era motivado pelo receio de sofrer novas agressões (JACOBUECCI e CABRAL, 2004). Segundo Brandão (2006) esse procedimento atingia 70% dos registros, reforçando o julgamento da sociedade onde declara que as mulheres “gostam de apanhar” e não “querem” mudar a situação, transferindo a culpa do agressor para a vítima.

De acordo com o art. 16 da lei Nº 11.340/06 “[...] Só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público [...]” (BRASIL, 2006, p 4). Desta forma, não é mais permitido que a vítima simplesmente “retire a queixa” na polícia, conforme já dito, exige que a vítima compareça diante do juiz, em audiência, e afirme seu desejo de “voltar atrás”. O juiz, por sua vez, procura identificar se a vítima foi coagida a retirar a denúncia, ou se ainda vive em situação de violência ou risco.

Segundo estudo realizado por Marques (2005) mulheres vítimas de violência doméstica só tentaram sair dos relacionamentos agressivos após um longo período de conflito e reconciliação. 63,40% das participantes alegou ter permanecido no relacionamento por amor ao parceiro, 26,76% por causa dos filhos, 26,76% com esperança de mudança por parte do parceiro, 25,35% por questões econômicas, 21,12% são pelas características pessoais das mulheres como paciência, ingenuidade, imaturidade, insegurança existencial e comodismo.

Rangel (2004) apresenta que se deve levar em conta o processo histórico das mulheres, como também, é fundamental conhecer o mecanismo psíquico, social e econômico que tem mantido a mulher em condições de violência, para que seja rompido o laço de dependência que as mantêm nesses relacionamentos.

Porém, a maioria das pesquisas trata sobre a temática da violência doméstica contra a mulher, abarcando questões relacionadas ao tipo de agressão sofrida, ou, as consequências físicas e psicológicas advindas de tal situação. (VENTURI, *et al*, 2004; MARQUES, 2005;

BRANDÃO, 2006; HIRIGOYEN, 2006; SOUZA *et al*, 2006; BOTELHO *et al*, 2007, ZACAN *et al*, 2013). Raros são os que tratam de questões relacionadas à personalidade. No Brasil, encontrou-se uma única pesquisa realizada com mulheres vítimas de violência doméstica, na qual, um dos objetivos foi verificar se há traços de personalidade determinantes. O resultado obtido através da aplicação do MMPI (Minnesota Multiphasic Personality) apresentou traços de personalidade esquizoide, também como, introversão, isolamento afetivo, sentimento de vazio, ansiedade persecutória e uma imensa dificuldade na resolução de conflitos através do diálogo (JACOBUECCI e CABRAL, 2004). Todavia, encontram-se mais estudos que buscam investigar as características ou traços da personalidade dos agressores (EDWARDS *et al*, 2003; GONDOLF, 2003; LORBER *et al*, 2004; STENZEL, 2015; MADALENA *et al*. 2015).

Levando em consideração que a personalidade se constrói diante de fatores como os princípios biológicos, psicológicos e socioculturais de cada indivíduo, sendo delineada pelas experiências acumuladas durante toda a vida (THOMAS e BOUCHARD, 1995). Acredita-se que devam existir determinadas características de personalidade que tornam algumas mulheres mais vulneráveis a se envolverem ou permanecerem em situações abusivas (JACOBUECCI e CABRAL, 2004).

De acordo com Carvalho (2008) o entendimento da personalidade pode ser compreendido como um modelo de características que são associadas, podendo ser conscientes ou não, sendo particularidades mais propícias e preeminentes que um indivíduo tem para enfrentar as situações do seu cotidiano.

Em determinados casos, a formação da personalidade pode ser mórbido, transformando assim, em um transtorno de personalidade, sendo compreendido de variadas formas como um funcionamento disfuncional, com traços estáveis e duradouros, o que pode dificultar a adaptação ao meio em que o indivíduo está inserido, bem como, trazer inúmeros prejuízos à sua vida (WIDIGER e TRULL, 2007).

Indivíduos com transtorno da personalidade apresentam esquemas imanes de vivência, ou de comportamentos desviantes em relação ao que é esperado ao meio que estão inseridos. Devido a tais padrões, ou traços mal-adaptativos, pode-se haver uma interferência na forma como esses indivíduos pensam sobre si mesmos, sobre outras pessoas e sobre o futuro; podendo afetar suas respostas emocionais, seus relacionamentos, ou ainda, sobre o controle dos impulsos, ocasionando sofrimento (LEITE, 2012).

Por fim, ainda quanto à personalidade, para Rangé (2011) cada estilo caracteriza uma forma de enfrentamento. As habilidades de enfrentamento e as plasticidades adaptativas são

as que vão estabelecer se a pessoa vai responder de forma positiva ou sucumbir ao ambiente psicossocial.

Diante do exposto, a presente pesquisa torna-se relevante, pois, propõe-se verificar se as participantes compartilham das mesmas características de personalidade, e, se existe predominância de visão negativa sobre si e sobre o relacionamento conjugal. Considerando que na literatura há uma escassez de pesquisas sobre este assunto, a explanação dos resultados poderá ser de grande valia para auxiliar na compreensão de alguns comportamentos, como a resistência ou dificuldade em denunciar o agressor, e, ainda, a permanência no relacionamento agressivo. Os resultados também poderão auxiliar em um melhor atendimento da população pesquisada, possibilitando intervenções mais direcionadas e com maior eficiência.

2 MÉTODOS

A referida pesquisa caracterizou-se como descritiva, pois, teve como objetivo primordial, verificar se a população pesquisada compartilha das mesmas características de personalidade, e, se existe predominância de visão negativa sobre si e sobre o relacionamento conjugal, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, como: teste das Pirâmides Coloridas de Pfister; Questionário de Crenças da Personalidade (PBQ-SFA) e o Inventário de Crenças sobre o Relacionamento (RBI). Trata-se ainda de uma pesquisa de levantamento, a qual teve a descrição de características coletadas de um grupo de pessoas em consonância ao problema estudado, e, também, classifica-se como aplicada, pois, os dados obtidos poderão gerar conhecimentos para utilização na prática (PRODANOV e FREITAS, 2013; KAUARK *et al*, 2010; GIL, 2008).

Após a coleta dos dados, verificou-se os scores do teste psicológico, e, os resultados dos questionários, onde se procurou identificar à média, frequência e porcentagem. Consequente, foram apresentados de forma quantitativa, como descreve Mattar (2011) caracterizando-se pela busca da verificação das hipóteses pelo uso de dados estruturados e estatísticos.

2.1 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa, 10 mulheres com idades entre 18 e 64 anos (M=35), vítimas de violência doméstica acometida pelo parceiro. As mesmas procuraram a rede de

apoio e foram acolhidas na casa de abrigo para mulheres, localizados na cidade de Cascavel - Paraná.

2.2 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram o TCLE, Questionário Sócio-Demográfico, teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), Questionário de Crenças de Personalidade (PBQ-SFA) e Inventário de Crenças Sobre o Relacionamento (RBI).

A assinatura do TCLE garante que os resultados dessa pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares. Entretanto, os dados/informações obtidos, por meio da amostra serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

O Questionário Sócio-Demográfico criado pelas acadêmicas é destinado a investigar as informações pertinentes acerca da amostra, como idade, escolaridade, profissão, renda familiar, número de filhos, entre outros.

Já o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) é um teste que evidencia os traços de personalidade. O mesmo foi desenvolvido pelo psicólogo, coreógrafo e arquiteto suíço Max Pfister em 1951. É uma técnica projetiva que propicia a avaliação de aspectos de natureza cognitiva e da dinâmica emocional, contribuindo na avaliação da personalidade de um indivíduo. Sua criação tem sido considerada confiável e tem auxiliado nos processos psicodiagnósticos, oferecendo informações importantes sobre aspectos psicodinâmicos das pessoas (GARCIA e CARDOSO, 2013).

O teste propõe a execução de três pirâmides coloridas, de acordo com o gosto do examinando. O material para a aplicação é composto por um jogo de três cartões em papel pardo, nos quais se encontra desenhada uma pirâmide formada por camadas com cinco quadrados na base, depois quatro, três, dois quadrados nas camadas seguintes, e, um quadrado no topo. Os esquemas da pirâmide vêm acompanhados por um jogo de quadriculos coloridos, compostos por 10 cores, subdivididas em 24 tonalidades. As cores que compõem o material são: o azul, o verde e o vermelho, em quatro tonalidades cada; violeta em três tonalidades; amarelo, laranja e marrom em duas tonalidades cada; preto, branco e cinza (VILLEMOR *et al*, 2012). A aplicação foi realizada conforme indicado no manual.

O Questionário de Crenças da Personalidade (Personality Belief Questionnaire, PBQ) é um instrumento clínico e de pesquisa, desenvolvido em 1995 por A. Beck e J. Beck.

Destinado a avaliar crenças disfuncionais associadas aos transtornos da personalidade. Nessa pesquisa foi feito o uso de uma versão reduzida do Personality Belief Questionnaire – Short Form (PBQ-SF) contendo 65 questões traduzidas para o português, por Savoia (2006). Conforme estudos realizados pela autora, “a tradução é confiável ao inventário original, indicando uma boa qualidade e confiabilidade da versão em português” (SAVOIA *et al*, 2006, p.45). Para fazer o uso do instrumento, obteve-se autorização do Beck Institute for Cognitive Behavior Therapy.

O Inventário de Crenças Sobre o Relacionamento (Relationship Belief Inventory, RBI), tem o objetivo de medir cinco tipos de crenças irrealistas comuns, associadas ao estresse no relacionamento e problemas de comunicação nos casais. Originalmente criado por Roy J. Eidelson e Norman Epstein em 1982 é composto por 40 questões. Quanto maior a pontuação, maior a aderência a uma crença inadequada particular (ALBINO, 2018). O mesmo consta no livro Cognitive-Behavioral Marital Therapy (1990), na versão em inglês, mais foi utilizado a versão em português, traduzido por Peçanha e Rangé (2008).

2.3 PROCEDIMENTOS

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, foi solicitada a autorização junto à Secretaria de Assistência Social, para realização da pesquisa no CREAS e na casa de abrigo para mulheres. Em seguida, entrou-se em contato com as responsáveis pelos locais, para ser feito o agendamento da aplicação do teste e questionários, porém, a coleta de dados foi realizada somente no abrigo, pois no CREAS não houve demanda ou grupos de apoio com vítimas durante o período de coleta. Foram necessárias seis visitas ao abrigo para realizar a coleta de dados.

Antes do procedimento, foi entregue o TCLE às participantes, o qual mostra a importância de consentir a participação da amostra na pesquisa, informando que não era obrigatória. Também, esclarecer os principais procedimentos e objetivos da pesquisa, a natureza voluntária da sua participação, a preservação de seus dados de identificação e o sigilo das informações coletadas.

Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cada participante individualmente dirigiu-se a uma sala reservada, onde recebeu o questionário sociodemográfico, e, em seguida, o Questionário de Crenças da Personalidade (PBQ-SFA), o Inventário de Crenças sobre o Relacionamento (RBI) e, por fim, foi realizada a aplicação

do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), o qual levou-se em média 40 minutos para aplicação de todos os instrumentos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Realizado o levantamento das características gerais, mensurou-se dentre a população pesquisada, a idade mínima de 18 anos e máxima de 64 anos ($M= 36$ e $DP= 15,4$). Dado esse que apresentou semelhança com os encontrados na pesquisa de levantamento, feito pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (2018).

Além da idade, outros dados foram obtidos através do questionário sociodemográfico, como a cor da pele, sendo branca 40% ($n=4$) e parda 40% ($n=4$). Em relação ao nível de escolaridade, a maioria das participantes possui ensino médio incompleto com 50% ($n=5$). Já 80% ($n=8$) não têm uma profissão, e, 40% ($n=4$) recebem menos de um salário mínimo. Quanto a ter filhos, 50% ($n=5$) das participantes têm dois. Perante a questão religião, 60% ($n=6$) se declararam católicas. Esses resultados vão ao encontro dos achados de outros estudos nacionais e internacionais, ao descreverem sobre os dados sociodemográficos de mulheres vítimas de violência doméstica (JACOBUECCI *et al* 2004; ADEODATO *et al*, 2005; SCHRAIBER, *et al*, 2007; PICO-ALFONSO *et al*, 2008; SÁ, 2011).

Em relação ao vínculo com o agressor, 40% ($n=4$) era cônjuge, seguido de 40% ($n=4$) ex-cônjuge, 10% ($n=1$) companheiro, e, 10% ($n=1$) ex-companheiro. Corroborando a estes dados, um estudo de levantamento realizado pelo Ministério da Saúde (2017) mostra que 67% dos responsáveis pela violência são companheiros ou ex-companheiros, seguidos de cônjuges ou ex-cônjuge (MS, 2017).

Já quanto ao tempo de relacionamento com o agressor, os resultados do presente estudo apresentaram que 40% ($n=4$) tiveram um relacionamento de um a cinco anos, 40% ($n=4$) de seis ou mais, 10% ($n=1$) menos de um ano, e, 10% ($n=1$) ainda se relacionam com o agressor. Fonseca e Lucas (2006) em pesquisa com a mesma população, apresentam resultados semelhantes a estes.

Através do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, foi possível identificar aspectos da personalidade, destacando principalmente a dinâmica afetiva e indicadores relativos às habilidades cognitivas.

Após apuração e sistematização dos resultados, foram analisados os seguintes indicadores: processo de execução, modo de colocação e aspecto formal, os quais permitem

avaliar a possibilidade de controle racional que o indivíduo tem sobre os aspectos emocionais, estando também estes, relacionados com o funcionamento cognitivo.

Os resultados mostram que 70% das pirâmides foram elaboradas no processo de execução de forma ordenada, a qual indica um padrão de colocação mais ou menos constante, permitindo alguma variação, demonstrando flexibilidade. Por conseguinte, quanto ao modo de colocação, 47% (14 pirâmides) foram realizadas de forma Descendente Direta, indicando instabilidade ou insegurança (VILLEMOR-AMARAL, 2012).

A tabela 1 traz a frequência e porcentagem do aspecto formal das pirâmides, apresentando prevalência na formação de tapete furado, com 57% (f=17), seguido de 33% (f=10) em camada, e, 10% (f=3) estrutura em escada.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem do aspecto formal das pirâmides (total de 30 unidades).

	Pirâmides	
	f	(%)
Aspecto Formal		
Tapete Furado	17	57
Formação em Camada	10	33
Estrutura em Escada	3	10
Total	30	100

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dentre os resultados, identificou-se o maior índice na formação em tapete furado. De acordo com estudos, sugere fortes indícios de perturbação grave, proveniente de dissociações no curso do pensamento, indicando nível de funcionamento cognitivo menos elaborado, valendo-se mais das emoções e dos sentimentos. (VILLEMOR-AMARAL, *et al* 2012). Esta formação também foi encontrada em pesquisas com pacientes esquizofrênicos e depressivos (VILLEMOR-AMARAL, *et al* 2004 e VILLEMOR-AMARAL 2005). Tais características também foram observadas por Carvalho (2010) o qual mostra que mulheres vítimas de maus tratos conjugais, apresentam altos índices de sintomas psicopatológicos elevados, refletindo declínio a nível cognitivo e da estabilidade.

Já em relação às formações em camada e estrutura, ambas indicam um nível não satisfatório de amadurecimento no trato com as emoções e manejos defensivos. Vão desde um nível mais grave de inibição e retraimento, a um estímulo sensível. Iminente perda do

equilíbrio emocional, decorrente da fragilidade nos esquemas defensivos que provavelmente se desorganizaram ante situações externas mais adversas (FRANCO *et al* 2008 e VILLEMOR-AMARAL, 2012). A formação em camada teve alta incidência em estudo realizado com pessoas de ambos os sexos, com transtorno de pânico e ideação suicida (PATUTTI, 2004).

A tabela 2 apresenta as médias das Síndromes Cromáticas das pirâmides produzidas pelas participantes, em comparação com o valor normativo para não pacientes, indicados por Villemor-Amaral (2012).

Tabela 2 – Porcentagens médias das síndromes cromáticas do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister das participantes (n=10) em relação a amostra de não pacientes (n=111).

	Participantes	
	Amostra	Não paciente (*)
Síndromes		
Normal	51,98	51,3
Estímulo	33,51	33,9
Fria	51,32	46,3
Incolor	12,21	15,8

Fonte: Elaborada pelas autoras.

(*) VILLEMOR-AMARAL (2012).

De acordo com os resultados, a síndrome normal e de estímulo foram condizentes com a média apresentada com indivíduos não pacientes. Contudo, a síndrome fria apresentou um aumento, e, a incolor, um rebaixamento.

O aumento da Síndrome Fria avalia a capacidade de elaboração e reflexão. Os resultados indicaram resfriamento emocional e afetivo. De acordo com Villemor-Amaral (1978) são pessoas que criam uma defesa esquivando-se do contato, comprometendo as relações com o mundo exterior, fator que direciona a índices elevados de desadaptação afetiva e social, sendo observado nos quadros mais patológicos com características esquizoides. Em estudo realizado por Patutti (2004) com indivíduos de ambos os sexos, a síndrome fria teve um índice elevado em pacientes com transtorno de pânico e ideação suicida.

Em contrapartida, ocorreu o rebaixamento da Síndrome incolor, identificando índices de insegurança interna, associado a mecanismos opressores, estado de tensão emocional

muito acentuada, conduzindo a perturbações emocionais severas (VILLEMOR-AMARAL, 2012). Este rebaixamento também foi encontrado em uma pesquisa denominada “Sinais de Conflitos de Identidade” de Ramaro e Loureiro (1986) realizado em homens e mulheres.

A tabela 3 indica a média das cores utilizadas pelas participantes na montagem das pirâmides, em comparação com a média de não pacientes, indicado por Villemor-Amaral (2012). Através da frequência de cores utilizadas, foi possível verificar os indicadores emocionais.

Tabela 3 – Porcentagens médias das cores do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister das participantes (n=10) em relação a amostra de não pacientes (n=111).

	Participantes	
	Amostra	Não pacientes (*)
Cores		
Azul	21,12	18,1
Vermelho	13,54	13,6
Verde	17,32	19,7
Violeta	12,88	8,5
Laranja	9,54	10,8
Amarelo	10,43	9,5
Marrom	2,88	4,0
Preto	5,33	4,5
Branco	3,77	8,3
Cinza	3,11	2,9

Fonte: Elaborada pelas autoras.

(*) VILLEMOR-AMARAL (2012).

Em relação à utilização das cores, observou-se uso rebaixado do verde, branco e marrom. Ambas, indicam um sentimento de vazio interior, insensibilidade emocional, fragilidade estrutural e estabilidade precária, diminuindo a abertura para os relacionamentos, e, levando a um retraimento social. Já o laranja rebaixado é um indicativo de influenciabilidade, passividade, e/ou, submissão (VILLEMOR-AMARAL, 2012).

Em contrapartida, se tem o uso elevado das cores azul, amarelo, violeta e preto. O aumento dessas cores está relacionado a sentimentos de inferioridade, incapacidade e

insatisfação, podendo também significar imaturidade e baixa tolerância à frustração. Quanto ao cinza elevado, seu aumento caracteriza possível timidez, precaução e restrição nos contatos emocionais, ou seja, retraimento defensivo, insegurança e repressão dos afetos, significado abrangente de carência afetiva e sentimento de vazio (VILLEMOR-AMARAL, 2012). Tais características também foram relevantes no estudo realizado por Jacobucci e Cabral (2004) com mulheres vítimas de violência doméstica.

A tabela 4 traz os resultados do Questionário de Crenças da Personalidade (Personality Belief Questionnaire, PBQ-SF). Considerou-se a pontuação acima de treze. Quanto maior a pontuação, maior a aderência a crenças disfuncionais associadas aos traços de transtornos da personalidade.

Tabela 4 – Questionário de Crenças da Personalidade (Personality Belief Questionnaire, PBQ-SF).

	SUJEITO										%
	S-1	S-2	S-3	S-4	S-5	S-6	S-7	S-8	S-9	S-10	
Esquizoide	13	23	24	24	25	16	25	28	24	16	90%
Evitativa	11	17	16	25	24	14	17	17	21	12	80%
Paranóide	10	21	13	28	24	17	28	10	20	16	70%
Borderline	10	21	14	20	14	10	17	16	11	20	70%
Obs-Compulsivo	6	19	23	26	17	14	18	13	5	12	60%
Passivo-Agressiva	12	19	9	20	16	9	22	12	17	18	60%
Narcisista	8	12	16	16	8	2	4	5	16	18	40%
Dependente	8	13	14	16	2	6	17	12	6	28	40%
Antissocial	2	15	20	20	4	8	4	12	12	12	30%
Histriônico	9	9	6	12	4	4	8	4	13	26	10%

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nota: Considerar pontuação acima de 13.

Os resultados indicam que 90% (n=9) das participantes apresentaram uma pontuação elevada quanto aos traços do transtorno de personalidade Esquizoide. De acordo com a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5; American Psychiatric Association - APA, 2014) “a característica essencial do transtorno da personalidade Esquizoide é um padrão difuso de distanciamento das relações sociais e uma faixa restrita de expressão de emoções em contextos interpessoais”. Segundo Beck *et al* (1993) essas pessoas apresentam uma crença central de desamor, tendo a visão de si como

insuficientes e solitários. Geralmente reagem de forma passiva a circunstâncias adversas e apresentam dificuldades em reagir adequadamente a acontecimentos. A predominância de um padrão de personalidade Esquizoide em mulheres vítimas de violência doméstica foi mencionado no estudo de Jacobucci e Cabral (2004) e em outras duas pesquisas realizadas na Espanha (PÉREZ-TESTOR *et al*, 2007; PICO-ALFONSO *et al*, 2008).

Subsequente, temos os traços de transtorno de personalidade Evitativa, com 80% (n=8), constatando um sentimento de inadequação e hipersensibilidade à avaliação negativa, bem como, visão de si como incapazes e incompetentes, apresentando uma crença de desvalor. Acreditando que, independentemente do que digam os outros, entenderão como algo “errado”; o que pode fazer com que deixem de se expressar. Frequentemente se isolam e não se apresentam a uma rede de apoio social capaz de auxiliá-las (DSM-5; American Psychiatric Association - APA, 2014 e BECK *et al*, 1993). Fato este, observado na pesquisa de Waiselfisz (2015) onde pouco mais da metade das vítimas, 58%, recorreu a alguém para ajudá-las, pedido dirigido geralmente à mãe e irmã.

Posterior, com 70% (n=7) temos os traços de transtorno de personalidade Paranóide e Borderline. As características do TPP é um padrão de desconfiança e suspeita difusa dos outros. São geralmente de difícil convivência e apresentam frequentes problemas nos relacionamentos íntimos (BECK *et al*, 2005). Este resultado também foi encontrado em estudo realizado no Colorado (EUA), com mulheres que estiveram em um relacionamento abusivo (COOLIDGE e ANDERSON, 2002).

Já o transtorno da personalidade Borderline é um padrão difuso de instabilidade das relações interpessoais, da autoimagem e de impulsividade acentuada. Apresentando esforços desesperados para evitar o abandono. Pessoas propensas a sofrer abuso físico e sexual (DSM-5; American Psychiatric Association - APA, 2014). Os resultados de um estudo realizado por Pérez-Testor *et al*, 2007 sugerem que existe uma associação entre o transtorno de personalidade Borderline e uma maior probabilidade de ser vítima de violência doméstica, ou abuso por parceiro íntimo.

Por fim, entre os transtornos que tiveram uma pontuação a ser considerada, encontra-se transtorno de personalidade Obsessivo-Compulsivo e transtorno de personalidade Passivo-Agressivo, ambos com 60% (n=6). Os traços do TPOC caracterizam-se por rigidez e teimosia, sendo pessoas impiedosas em relação aos próprios erros. Geralmente manifestam afeto de forma altamente controlada ou artificial e demonstram dificuldade na tomada de decisão (BECK *et al*, 2005). Corroborando a este percentual, temos a pesquisa realizada por Pinto (2009) com mulheres vítimas de violência doméstica, acolhidas em casa

de abrigo.

O perfil do paciente com transtorno de personalidade Passivo-Agressivo, de acordo com Beck (2005, p. 289) “inclui crenças centrais, suposições condicionais e estratégias compensatórias consistentes com negativismo, ambivalência, resistência, além de um objetivo primordial de manter a autonomia”. Tais características tendem a influenciar na visão de si mesmo, que não confronta nem desafia diretamente a autoridade. Este resultado vai de encontro com a literatura trazida por Gomes *et al* (2012) o qual afirma, que mulheres que passam por maus tratos possuem a tendência a serem passivas em um relacionamento abusivo.

Já o Inventário de Crenças sobre o Relacionamento (Relationship Belief Inventory, RBI), considerou-se pontuação maior de 19, sendo que quanto maior a pontuação, maior a aderência a uma crença inadequada particular.

Tabela 5 – Inventário de Crenças sobre o Relacionamento (Relationship Belief Inventory, RBI).

	SUJEITO										%
	S-1	S-2	S-3	S-4	S-5	S-6	S-7	S-8	S-9	S-10	
Desacordo é destrutivo	24	20	36	33	22	19	33	22	35	28	90%
Parceiros não podem mudar	25	20	27	38	29	28	33	16	30	25	90%
Leitura mental é esperada	19	27	32	28	17	13	25	28	20	31	70%
Perfeccionismo sexual	24	23	21	24	21	7	20	14	23	15	70%
Os sexos são diferentes	24	26	31	32	15	18	16	29	35	21	70%

Fonte: Elaborada pelas autoras

Nota: Considerar pontuação acima de 19.

De acordo com a tabela 5, as crenças irrealistas que tiveram maior pontuação foram: “Desacordo é destrutivo” com 90% (n=9). Esta crença refere-se à falta de consenso. Segundo Cramer (2004) cônjuges com essa crença demonstram menos satisfação na relação, e, o fato de não terem a mesma visão das coisas, os mesmos objetivos ou valores, acaba sendo uma ameaça ao relacionamento.

Na sequência, a categoria “Parceiros não podem mudar” também com 90% (n=9) emerge a crença de que o companheiro não seria capaz de mudar nem a si próprio, nem a sua relação. Conforme Albino (2018) esta crença é considerada disfuncional, pois, reflete uma hipótese terminal na qual não teria esperança de nenhuma mudança, podendo

influenciar, tanto por potenciar o comportamento mais adaptativo (menor violência), como por os inibirem (permanência em relações abusivas).

Consequente, com 70% (n=7) temos as categorias “leitura mental é esperada,” “perfeccionismo sexual” e os “sexos são diferentes”. A crença da categoria “Leitura mental é esperada” os parceiros acreditam que o seu companheiro deveria ser capaz de saber o que sentem ou pensam, sem se comunicarem. Subentende-se que, se realmente se gostam, deveriam se conhecer bem ao ponto de não precisar haver comunicação (DURÃES, 2016). Jacobucci e Cabral (2004), apresentou em seu estudo com mulheres vítimas de violência doméstica, a existência de imensa dificuldade na resolução de conflitos através do diálogo.

Já a categoria “perfeccionismo sexual” é a ideia de que o parceiro deve ter um desempenho sexual perfeito, não dando margem para erros, o que acaba acarretando em sentimentos negativos de decepção e insucesso. Tendo em vista ainda, o fato de não haver comunicação clara entre o casal, acaba sendo impossível saber o que o parceiro gosta em relação à sexualidade (MOSMANN, 2007).

Por fim, a categoria “os sexos são diferentes” de acordo com Albino (2018) representa a crença de que os problemas no relacionamento são diferenças típicas entre o gênero masculino e feminino. Podendo contribuir para uma baixa resolução de problemas, pois, é visto como características inatas. Baseando-se na crença de que as mulheres devem ser submissas aos seus companheiros, algumas mulheres ainda consideram a violência sofrida como “normal” (CARVALHO, 2010). De acordo com o Estudo da OMS (2018) sobre a Violência Doméstica contra as mulheres, é particularmente difícil combater de forma eficaz tal violência, devido ao fato de que, muitas mulheres ainda consideram essa violência como “normal”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados supramencionados, pode-se dizer que o objetivo da presente pesquisa foi atingido, assim, como houve a confirmação das hipóteses. Foi possível observar empiricamente que a maioria das participantes compartilha das mesmas características de personalidade, podendo mencionar a prevalência da fragilização

emocional, medo do abandono, passividade e o isolamento social. Outra questão que deve ser mencionada é a predominância das crenças negativas. Em relação à visão de si, evidenciaram-se as crenças centrais de desamor e desvalor, pois as participantes se veem como incapazes, incompetentes, insuficientes e solitárias. Quanto à crença negativa sobre o relacionamento conjugal, ficou evidenciada a dificuldade na comunicação, como também, a não esperança por mudanças.

Através dos resultados obtidos nesta amostra, embora não generalizáveis, entende-se que a vítima acaba por sucumbir à violência sofrida, tornando-se vulnerável, influenciando na tomada de decisão, se mantendo assim no relacionamento. Contudo, não se pode afirmar se tais características e crenças foram adquiridas antes do relacionamento abusivo, ou, formaram-se durante o processo de violência como um meio de adaptar-se à situação, ou ainda, como uma forma de sobreviver à mesma.

Compreende-se que os resultados da presente pesquisa poderão contribuir em um melhor atendimento a essa população, bem como, auxiliar a pensar em intervenções mais direcionadas e com maior eficiência. Quanto aos benefícios para a sociedade atual, o assunto trouxe conhecimento, podendo assessorar na elaboração de programas e projetos que abarque as mais diversas temáticas ligadas à saúde pública no âmbito da violência contra a mulher.

Para um melhor posicionamento científico ante esta questão, recomenda-se a continuidade deste estudo, retomando o mesmo tema, porém, com uma amostra em larga escala, e, levando em consideração, outros fatores de forma multifacetada.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, V. G.; CARVALHO, R. R.; SIQUEIRA, V. R.; SOUZA, F. G. M. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, vol 39, p. 108-113. 2005.

ADORNO, S. **Os aprendizes do Poder: O bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALBINO, G. G. **A influência das Crenças Disfuncionais na Qualidade das Relações Amorosas: tradução e Adaptação Portuguesa do Relationship Belief Inventory**. Lisboa: 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37679/1/ulfpie053248_tm.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2019.

American Psychiatric Association (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR** (5. ed. rev.). Porto Alegre: Artmed. 2014.

BECK, A T.; FREEMAN, A.; DAVIS, D. D. **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade**. 1.ed. - Porto Alegre : Artmed, 1993.

BECK, A T.; FREEMAN, A.; DAVIS, D. D. **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade**. 2 ed. - Porto Alegre : Artmed, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 18 de abr. 2019.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal. **Núcleo de Gênero da Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos. Mulher, Valorize-se: Conscientize-se de seus direitos**. s.l: núcleo de gênero da coordenação dos direitos humanos. [S.l.] 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRANDÃO, E. R. Renunciantes de Direitos: A Problemática do Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 16 (2); 207-231, 2006.

BOTELHO, S. M.; BIASOLI-ALVES, Z. M.; DELFINO, V.; PERRI V. F. Violência doméstica: A Percepção que as vítimas têm de seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas da violência. **Rev. Cogitare Enfermagem**, vol. 12, núm. 1, Curitiba. 2007.

CARVALHO, L. F. **Construção e Validação do Inventário Dimensional dos Transtornos da Personalidade**. (Dissertação de Mestrado), Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp084026.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CARVALHO, N. M. C. **Perfil Psicológico das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e suas Repercussões**. (Tese Mestrado). [S.l.] 2010. Disponível em: <<https://repositorio.cespu.pt/bitstream/handle/20.500.11816/67/Dissertação%20completa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CASSADO, D. C.; GALLO, A. E.; ALBUQUERQUE, L. C. Transtorno de Estresse Pós-Traumático em mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista de Psicologia da Unesp**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 10. 2018.

CRAMER, D. Effect of the destructive disagreement belief on relationship satisfaction with a romantic partner or closest friend. **Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice**, vol.77, 121-133. 2004.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Mapa da violência contra a mulher 2018 (Câmara dos deputados) Brasília. 2019. Disponível em: <<file:///C:/Area%20de%20Trabalho/TCC/Mapa%20da%20Violencia%20atualizado%20200219.pdf>> Acesso em: 04 Out. 2019.

COOLIDGE, F. L.; ANDERSON, L. W. Personality Profiles of Women in Multiple Abusive Relationships. **Journal of Family Violence**, 17 (2), 117-131. 2002.

DAMÁSIO, J. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei nº 11.340/2006**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

DURÃES, R. S. S; SERAFIM, A. P; MARTINS, M. C. F. **Identificação de Distorções Cognitivas em Casais e Intervenção Cognitivo-Comportamental**. (Dissertação).São Bernardo do Campo: 2016. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1600>>Acesso em: 04 mai. 2019.

EDWARDS, D.W.; SCOTT, C.L.; YARVIS, R.M.; PAIZIS, C.L.; PANIZZON, M.S. Impulsiveness, Impulsive Aggression, Personality Disorder, and Spousal Violence. **Violence and Victims**, vol.18(1):3-14. 2003

EIDELSON, R. J.; EPSTEIN, N. B. Cognition and relationship maladjustment: Development of a measure of dysfunctional relationship beliefs. **Journal of consulting and clinical psychology**, vol. 50, n. 5, p. 715-720, 1982.

FRANCO, R. R.; VILLEMOR-AMARAL, A. E. Novas contribuições para o Teste das Pirâmides coloridas de Pfister: Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica. **Psicol. teor. prat.** vol.16 no.3 São Paulo dez. . 2008.

FONSECA, P. M.; LUCAS, T. N. S. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. Salvador. 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>> Acesso em: 04 mai. 2019.

GARCIA, C.; CARDOSO, L. M. **Estudo correlacional entre o Teste de Pfister e o Desenho da Figura Humana**. Psico-USF, Ribeirão Preto São Paulo: 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712006000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 04 out. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. Atlas. São Paulo: 2008.

GOMES, N. P. et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. **Saúde em Debate**, v. 36, p. 514-522, 2012.

GONDOLF, E. W. MCMI Results for Batterers: Gondolf Replies to Dutton's Response. **Journal of Family Violence**, 18 (6), 387-389.2003.

HIRIGOYEN, M. A **Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JACOBucci, P. G.; CABRAL, M. A. A. Depressão e traços de personalidade em mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 26 (3), 215- 215. 2004.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Via Litterarum. Bahia: 2010.

LEITE, D. T. Características Psicométricas do Questionário de Crenças dos Transtornos de Personalidade – Forma Reduzida. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** vol.14 no.3 São Paulo dez. 2012

LORBER, M. F.; O'LEARY, K. D. Predictors of the persistence of male aggression in early marriage. **Journal of Family Violence**, 19 (6), 329-338. 2004.

MADALENA, M.; FALCKE, D. F. C. Violência conjugal e funcionamentos patológicos da personalidade. **Rev. Arquivos Brasileiros de Psicologia**.vol. 67, nº 5.Rio de janeiro. 2015.

MARQUES, T. M. **Violência Conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. (Dissertação de Mestrado). Uberlândia: 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MS. Ministério da Saúde. Vigilância de Violência Interpessoal e Autoprovocada (VIVA/SINAN). [S.l.], 2017. Disponível em: < <http://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/vigilancia-de-violencias-e-acidentes-viva/vigilancia-de-violencias/viva-sinan>> Acesso em 14 abr. 2019.

MOSMANN, C. P. **A qualidade conjugal e os estilos educativos parentais**. (Tese Doutorado). (PUC-RS), Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/944>> Acesso em 14 set. 2019.

OMS. World Health Organization. All Rights Reserved. 2018. Disponível em:<<http://www.who.int/about/copyright/en/>> Acesso em: 03 abr. 2019.

PATUTTI, C. A. O. B. **Transtorno de Pânico e Ideação Suicida: Características de Personalidade por meio do Teste de Pfister**. Campinas. 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/311689/1/Patutti_CiceraAndreaOliveiraBrito_M.pdf> Acesso em 14 set. 2019.

PEÇANHA, R. F.; RANGÉ, B. P. Inventário de crenças sobre relacionamentos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, **Rev. bras.ter. cogn.** v.4 n.1 Rio de Janeiro jun. 2008.

PEQUENO, M. J. P. Direitos Humanos e Violência. 2007. Disponível em: <<http://www.colegiointegral.com.br/EM/AULAS/2ano/SOC-violencia.ppt>> Acesso em 15 fev. 2019.

PÉREZ-TESTOR, C.; CASTILLO, J. A.; DAVINS, M.; SALAMERO, M.; SAN-MARINO, M. Personality profile in a group of battered women: Clinical and care implications. **Journal of Family Violence**, 22, 73-80. 2007.

PICO-ALFONSO, M. A.; ECHEBURÚA, E.; MARTINEZ, M. Personality Disorder Symptoms in Women as a Result of Chronic Intimate Male Partner Violence. **Journal of Family Violence**, 23, 577-588. 2008.

PIMENTEL, A. **Violência Psicológica nas Relações Conjugais: Pesquisa e Intervenção Clínica**. São Paulo. 2011.

PINTO, J. M. C. **Impacto psicológico e psicopatológico da violência conjugal em mulheres vítimas acolhidas em casas de abrigo. Estudo exploratório em duas casas de abrigo do Grande Porto**. (Mestrado em Medicina Legal). Portugal. 2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19364/2/Tese%20de%20Mestrado%202006%202008.pdf>> Acesso em 14 set. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e Trabalho Acadêmico**, 2ª ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: 2013.

RANGÉ, B. **Psicoterapia Cognitiva-Comportamental um Diálogo com a Psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RANGEL, O. **Violência contra a mulher: as desventuras do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade**. Disponível em: <http://www.ubmulheres.org.br/telas/revista/enc_39.asp> Acesso em 06 jun. 2019.

REDONDO, J. SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: **Uma experiência de trabalho em rede. Administração Regional de Saúde do Centro. Serviço de Violência Familiar** - Coimbra. 2012.

ROMARO, R. A.; LOUREIRO, S. R. Sinais de conflitos de identidade detectados através de técnicas projetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2(2), 157-164. 1986.

SÁ, S. D. **Características Sociodemográficas e de Personalidade de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**. (Tese de Doutorado). Porto Alegre). 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4989/1/000429854-Texto%2BCompleto-0.pdf>> Acesso em 06 out. 2019.

SAVOIA, M. G; VIANA, A. M; ESPOSITO; B.P; GUIMARÃES; E.P; GIL; G.; JORGE; L. A. F; TOLEDO; L. C.; SANTOS. V. C. **Adaptação do questionário de crenças dos transtornos de personalidade para o português**. Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo: 2006. Disponível em: <<http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/viewFile/473/549>> Acesso em 06 abr. 2019.

SCHARAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JÚNIOR, I.; DINIZ, S.; PORTELLA, A. P.; LUDEMIR, A. B.; VALENÇA, O.; COUTO, M. T. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, vol 41, 797- 807. 2007.

SOUZA, P. A.; ROS, M. A. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis. n. 40, p. 509-527. 2006.

STENZEL, G. Q. L. **História de vida e características de personalidade de agressores conjugais : um olhar psicanalítico**. (Tese Doutorado em Psicologia). Porto Alegre, 2015. . Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/898>> Acesso em 06 set. 2019.

THOMAS, J.; BOUCHARD, J. **Longitudinal Studies of Personality and Intelligence A Behavior Genetic and Evolutionary Psychology Perspective**. Plenum Press, New York: 1995. Disponível em:< http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4757-5571-8_5> Acesso em 06 mai. 2019.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2004.

VILLEMOR-AMARAL, F. **Pirâmides Coloridas de Pfister**. 2a ed. Rio de Janeiro: CEPA. 1978

VILLEMOR-AMARAL, A. E., PRIMI, R., FARAH, F. H. Z., SILVA, S. M., CARDOSO, L. M. e FRANCO, R. R. C. A depressão no teste das pirâmides coloridas de Pfister. Paidéia: **Cadernos de psicologia e educação**, 14 (28), 169-179. 2004.

VILLEMOR-AMARAL, A. E.; PRIMI, R.; FRANCO, R. R. C.; FARAH, F. H. Z.; CARDOSO, L. M.; SILVA, T. C. O teste de Pfister e sua contribuição para o diagnóstico da esquizofrenia. **Revista do Departamento de Psicologia**, Universidade Federal Fluminense, vol 17, 89-98. 2005.

VILLEMOR-AMARAL, E. N.; PARDINI, P. M.; TAVELLA, R. S.; BIASI, F. C.; MIGORANCI, P. B. Evidências de Validade do Teste de Pfister para Avaliação. [S.l.] 2012. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v20n2/pt_v20n2a05.pdf. > Acesso em 06 out. 2019.

VILLEMOR-AMARAL, E. N. As pirâmides coloridas de Pfister. São Paulo. **Casa do Psicólogo**. 2012.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2015 Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1ª Edição. Brasília. 2015.

WIDIGER, T. A.; TRULL, T.J. Plate Tectonics in the Classification of Personality Disorder: Shifting to a dimensional model. **American Psychologist**, vol. 62(2), p.71-83, 2007.

ZACAN, N.; VASSERMANN, V.; LIMA, G. Q. Violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando família**. vol.17 nº.1 Porto Alegre . 2013.

